

Memória da Comissão: Saúde Mental

Data: 23/05/2013

Coordenador (a) da comissão: Clarice Siqueira dos Santos

Relator (a) da comissão: Rejane Cristina Teixeira Tabuti  
Irm Ribeiro da Silva Zaninelli

Relação de presentes:

- 1) Clarice Siqueira dos Santos- Pastoral da Criança
- 2) João Maria Chagas- IBDA
- 3) Rejane Cristina Teixeira Tabuti- DVSAM/DACC/SAS/SESA
- 4) Malu- ASSEMPA
- 6) Irma Ribeiro da Silva Zaninelli- RECRIAR
- 7) Sonia Kracheski
- 8) Lídia Lopes- Ministério Público
- 9) Andressa Pereira Lima Marchi- ACTOEP
- 10) Ernestina Bites Flores- Associação Padre João Ceconello
- 1) Rosangela Rosangela F. Associação Padre João Ceconello
- 12) Aline Pinto Guedes- SINDSAÚDE
- 13) Mirna Beatriz Mueller- DEVS/DVVSS/SVSES/SESA
- 14) Eliseu Zacarkin Junior – Associação Padre João Ceconello
- 15) Cristiane Sohn- SESAI/SESA
- 16) Bruno Diego T. – Lar Pequeno Aconhego
- 17) Benedita da Silva – Lar Pequeno Aconhego
- 18) Jonatas David de Paula – IFPR/ coned/SEJU
- 19) Mara C. Ferreira – Seds
- 20) Arlene Carig Nano – SMS/CAPS – Campina Grande do Sul
- 21) Helder Lazarotto – SMS Campina Grande do Sul
- 21) Andiará C. Bandeira – SMS/VISA- Campina Grande do Sul

Justificativas de ausências: Larissa Yamaguchi

Pautas:

- a) Informes Gerais
- b) Apresentação da Programação Anual de Saúde- PAS 2012
- c) Internação Compulsória
- d) Atualização de Saúde Mental- SESA

Relato da reunião:

A reunião iniciou-se às 08: 50 h. Foi apresentada a pauta do dia.

Com a aprovação da comissão iniciou-se pela pauta da Associação Padre João Ceconello. O senhor Elizeu, representante da Associação inicia o relato do histórico da recepção dos 40 moradores vindos do

Hospital Adauto Botelho. Comenta que não tinham habilitação para lidar com pessoas com transtorno mental, na medida em que o trabalho da instituição era referência em dependência química. Tiveram que buscar referências práticas em outras instituições. Após a reestruturação do formato da instituição começaram os trabalhos com os moradores.

Representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social-SEDS, Mara, inicia sua fala fazendo breve histórico de acolhimento da população que estava no Lar Pequeno Aconchego e que tinham deficiências associadas a transtorno mental. Em função da nova diretriz sobre acolhimento, a instituição está respondendo a alguns questionamentos em função desta diretriz. Em 2011 iniciou um estudo para adequação do serviço de acordo com a nova diretriz. Em 2012 com ampla discussão a respeito dos custos e em novembro recebeu uma notificação por parte do Lar Pequeno Aconchego, que previa o cancelamento do contrato e prestação de serviços.

Atualmente em contrato emergencial, da SEDS com a APJC, está se fazendo o processo de avançar com a Secretaria de Saúde, com o HCAB, com um grupo de trabalho na perspectiva de avançar neste processo. Este é um dos grandes desafios para dar conta da demanda de 86 pessoas que precisam de atendimento, tanto na questão do transtorno mental como de pessoas em situação de acolhimento institucional. É um trabalho de intersetorialidade necessário. Andara, farmacêutica, responsável pela área da vigilância Sanitária do município de Campina Grande do Sul, refere que existe a questão sanitária cuja missão é eliminar os riscos à saúde. A Associação João Ceconello como parceira acolhe as pessoas nesta situação. Desde 2009, quando assumiu o serviço, visita a Associação, cujo contato é o Sr. Juliano e Dona Janete. Expõe a lacuna que existe em propor os requisitos para este serviço. Porém não existe uma resolução específica para a adequação física do serviço de residência. Desde 2009, acompanha a instituição e tem o número médio de ocupação de 60 a 74 residentes. Este ano ao efetuar a inspeção se surpreendeu, em vista da falta de adequação aos novos 86 residentes oriundos do Lar Pequeno Aconchego. Retornou ao local com apoio do serviço de saúde mental do município e foi efetuada uma inspeção que originou um relatório. Foram propostas adequações pela VISA.

Bruno, advogado do Lar, refere que o MP de São José dos Pinhais, nada tem a ver com a transferência dos acolhidos pelo APJC. Refere que somente acompanhou a transferência dessas pessoas (crianças e adolescentes). Em seguida faz a leitura do Ofício do MP de São José dos Pinhais, questionava a situação atual de assistência e residência aberta aos acolhidos. Mara relata que houve um desencontro nas informações entre todas as partes envolvidas e quando recebeu um ofício do Lar, dizendo que toda a população estaria colocada na frente do Palácio das Araucárias, caso não fossem feitas correções orçamentárias. Na emergência da situação, foi realizado um contrato emergencial com a APJC. A SEDS informa que as ações foram definidas na Comissão de Reordenamento, instituída pelo CEAS onde estão presentes a SEED, MP, SESA e outros. Agora estão realizando estudos de caso em conjunto com a SESA, por meio de um Grupo de Trabalho. Formado também por representantes do Controle Social, CPM.

Proposta da Malu: convida o município de Campina Grande do Sul, Lar Pequeno Aconchego e APJC para integrarem esta comissão. Bruno, se compromete a participar da próxima reunião da Comissão de Saúde Mental. Lídia- MP afirma sobre o acompanhamento em relação ao reordenamento do processo do recebimento e do serviço da Instituição, pelo CAOP Direitos Humanos.

O representante da SESA/SGS- Paulo Almeida se apresenta e informa sobre a parceria com a APJC e contrato emergencial de 6 meses para moradores da SRT. A SRT é um componente da Rede de Saúde Mental e que precisa estar vinculada a um CAPS. O representante da Associação João Ceconello afirma que nesses dez anos de trabalho, tiveram dificuldades, inclusive para se adequarem aos novos acolhidos. Paulo afirma sobre a forma de compensação da assistência até para explicar a relação de

contratualização. Sonia refere que muitas coisas devem ser pactuadas nas bipartites, com as contrapartidas e pergunta qual a contrapartida do Estado voltada para essa questão. Qual é o plano de ação proposto e para os casos que ainda se encontram em hospitais. Paulo refere a relação de custeio. Sonia reafirma que existem outras questões que devem ser vistas para além da relação de custeio. Paulo reconhece o trabalho da APJC. Helder, secretário SMS Campina Grande do Sul, argumenta que todos tem razão de certa forma e que não tinha dificuldades em relação a SRT, até três meses atrás. Ressalta que com a vinda das pessoas oriundas do Lar Pequeno Aconchego, o município não foi comunicado e nem estava preparado para receber essas pessoas em seu sistema. Os serviços não foram pactuados. Hoje está se tendo uma discussão nesta direção. Até o momento o município não recebeu nenhum recurso financeiro a mais para atender a essa demanda. O secretário solicita que os vários atores envolvidos neste processo, dentro da intersetorialidade agilizem para atuação em conjunto. Há moradores de vários municípios do Paraná e que devem ser corresponsabilizados, inclusive em relação ao repasse financeiro.

Aline do Sindaúde parabeniza pela presença de todos os atores convidados envolvidos nesta questão e em iniciar um debate para atender as lacunas existentes no atendimento.

Sonia, informa sobre o andamento do grupo de trabalho. E sugere a criação de uma câmara gestora para a região metropolitana para promover a discussão sobre as lacunas existentes na saúde mental. E que esta deve ser efetuada de forma emergencial.

Malu, começará a participar do grupo de trabalho como representante desta Comissão, substituindo a Sônia. Juntamente com a Aline.

Jonatas- IFPR/CONED/SEJU, fala da internação compulsória. Que sua discussão nesse momento não cabe aqui, pois a questão é acolher as pessoas que querem se internar, voluntariamente, e que faltam locais. Já se discutiu a questão da cocaína, a maconha e agora o crack, mas até agora não se encontrou uma resposta para atender ao usuário. A Saúde e encontra na vanguarda do processo. A Justiça ainda não tem conselhos efetivados em todos os municípios. Fala da questão das Comunidades Terapêuticas, são defendidas pela SEJU, como alternativas, uma vez que não existem outras alternativas na saúde. Sônia, ressalta que a política sobre drogas não trata somente do tratamento integral, mas que há outros dispositivos na rede e explica que as CTs, para receber recurso da saúde, devem atender alguns critérios. É muito delicada e, as maioria das CT não atendem as diretrizes do MS sobre o atendimento do usuário de drogas.

Para Jonatas a política de segurança tem que conseguir aproximar a intersetorialidade, visto a dificuldade do diálogo.

Apresentado o relatório de Gestão – Primeiro quadrimestre de 2013, foi aprovado e não houveram questionamentos.

Apresentada a atualização da DVSAM, de maio.

Leitura do Ofício 9|2013\DRAC|SAS|MS.

Representantes da comissão para o Fórum de Saúde Mental Infante-Juvenil, no dia 05 de junho, Aline.

E para o Colegiado Regional Sul, nos dias 6 e 7 de junho, Irma.

Encaminhamentos/providências para a secretaria executiva:

a) Solicitação de encaminhamento dos dois links da RENASE para os integrantes da Comissão.

Solicitação de pautas para a próxima reunião:

a) Atualização DVSAM

b) PREVIDA